

Interveniente, na qualidade de perito, em encontros de trabalho sobre protecção de testemunhas, organizados pelas Nações Unidas, através do UNODC.

Integrou o comité de peritos do Conselho da Europa que elaborou o projecto da Convenção para a Protecção das Crianças contra a Exploração e os Abusos Sexuais.

Membro dos júris da prova oral de acesso aos XXI e XXII Cursos de Formação de Magistrados Judiciais e do Ministério Público.

Autor de dois artigos publicados na *Revista do SMMP*, «Acesso aos autos de transcrição das conversas telefónicas interceptadas e segredo de justiça — sentido e alcance do disposto pelo artigo 188.º, n.º 5, do CPP» (n.º 94, Abril-Junho de 2003), e «Praxe: uma perspectiva jurídica» (n.º 110, Abril-Junho de 2007).

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Despacho n.º 17711/2008

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, no n.º 4 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 129/2007, de 27 de Abril, é nomeada vice-presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I. P.), em comissão de serviço, a licenciada Carolina Maria Gomes Ferra, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2008.

19 de Junho de 2008. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

Súmula curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Carolina Maria Gomes Ferra;

Data e local de nascimento: 19 de Maio de 1962, em Lisboa.

2 — Formação académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em 1985, com a média final de 14 valores;

Pós-graduação em Recursos Humanos pela Universidade Católica Portuguesa;

Pós-graduação em Administração e Políticas Públicas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Mestranda a concluir a tese de mestrado em Administração e Políticas Públicas.

3 — Formação complementar — participação em diversas acções de formação, designadamente nas áreas da reforma e modernização administrativa, qualidade nos serviços públicos, auditoria, gestão e administração de recursos humanos, avaliação do desempenho, novas tecnologias e sistemas de informação, técnica legislativa, contencioso administrativo e responsabilidade civil extracontratual do Estado.

4 — Experiência profissional:

Actualmente, exerce funções como directora do Departamento de Recursos Humanos do Instituto dos Registos e Notariado, desde 2007; Exerceu anteriormente as seguintes funções:

De 2005 a 2007, adjunta do Gabinete do Ministro de Estado e da Administração Interna;

Em 2002, reinicia funções como directora de serviços de Recursos Humanos;

Entre 1999 e 2002, adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Justiça;

Em 2000, nomeada directora de serviços de Recursos Humanos da DGRN;

Entre 1996 e 1999, chefe de divisão de Recursos Humanos da DGRN;

De 1993 a 1996, chefe de divisão de Instalações e Equipamento da mesma DGRN;

Entre 1990 e 1993, técnica superior da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado (DGRN), nas áreas administrativa e financeira, planeamento e informática;

De 1989 a 1990, técnica superior da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres;

De 1986 a 1989, jurista contratada na DGRN e no Gabinete de Estudos e Planeamento do MJ.

5 — Nomeações e representações:

Enquanto adjunta — representante do Ministro de Estado e da Administração Interna na Comissão de Acompanhamento do POAP, na Reunião do Grupo de Trabalho sobre Gestão da Regulamentação e Reforma Regulamentar, OCDE (Paris, 2006) e na Reunião do Comité de Governação Pública, OCDE (Roterdão, 2005); acompanhou o desenvolvimento dos Programas PRACE e SIMPLEX; integrou o grupo de trabalho para a aprovação das leis orgânicas dos ministérios; participou, como representante do Secretário de Estado da Justiça e do Ministro de Estado e da Administração Interna, bem como na qualidade de membro dos respectivos Gabinetes, em diversas reuniões, conferências e colóquios a nível nacional e externo; integrou o grupo de trabalho do «Projecto Nascer-Cidadão»; participou nos trabalhos da reestruturação orgânica do Ministério da Justiça e aprovação dos diplomas dos respectivos organismos.

Enquanto dirigente — colaborou na feitura de projectos de diplomas legais e instrumentos normativos, nomeadamente no âmbito dos processos de regionalização dos serviços da Madeira e da revisão da Lei Orgânica dos Serviços Externos da DGRN; integrou a equipa técnica para a concretização do Projecto de Informatização dos Recursos Humanos; responsável, no âmbito da implementação das tecnologias de informação, pela aplicação do Sistema de Recursos Humanos, Sistema de Gestão e Apoio à Decisão, Sistema de Gestão de Assiduidade, Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho e pela integração na base de dados da Administração Pública dos dados relativos a todos os funcionários dos serviços centrais e externos da DGRN.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 17712/2008

Ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e dos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e no uso das competências que me foram delegadas pelo presidente da Comissão de Coordenação Regional do Centro, no termos do despacho n.º 23 879/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 18 de Outubro de 2007;

Considerando que se torna indispensável conferir melhor eficiência e eficácia à actividade desenvolvida pelos serviços da CCDRC por forma a rentabilizar os recursos disponíveis e garantir a satisfação dos destinatários:

Subdelego, com poderes de subdelegação, na directora de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, Dr.ª Maria Isabel Fraústo Antunes de Azevedo Veiga Ferrão:

Autorização de despesas, previstas no orçamento, até ao limite de € 49 879,79;

Autorizar o processamento de despesa e a arrecadação da receita;

Proceder à assinatura dos pedidos de libertação de créditos;

Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os funcionários tenham direito, nos termos da lei;

Praticar todos os actos relativos à aposentação do pessoal, salvo nos casos de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime de segurança social, incluindo os referentes a acidentes em serviço;

Autorizar a constituição e a reconstituição de fundos de maneo;

Autorizar a constituição de fundos permanentes das dotações e respectivo orçamento, com excepção das rubricas referentes a pessoal, até ao limite de um décimo;

Celebrar contratos de seguro e de arrendamento, dentro dos limites de autorização de despesa delegada, e autorizar a respectiva actualização, desde que resulte de imposição legal;

Autorizar despesas eventuais de representação dos serviços, bem como as de carácter excepcional;

Assinar cheques e efectuar pagamentos através do *homebanking* do Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público, I. P.;

Autenticar documentos relativos a processos da respectiva área funcional;

Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos de despesas com aquisições de bilhetes ou títulos de transporte, ajudas de custo antecipadas ou não;

Assinar a correspondência corrente necessária à instrução e à tramitação de todos os processos que correm pela respectiva unidade orgânica.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados que se incluam no seu âmbito.

20 de Maio de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Margarida Ferreira Mateus Pratas Jorge*.

Despacho n.º 17713/2008

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com os artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e no uso das competências que me foram delegadas, com poderes de subdelegação, pelo despacho n.º 23 879/2007, de 24 de Setembro, do presidente da CCDRC, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 18 e Outubro de 2007;

Considerando que se torna indispensável conferir melhor eficiência e eficácia à actividade desenvolvida pelos serviços da CCDRC, por forma a rentabilizar os recursos disponíveis e garantir a satisfação dos destinatários:

Subdelego, com poderes de subdelegação, na directora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, Dr.ª Maria José Leal Castanheira Neves, competência para a prática dos seguintes actos:

a) Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, do pessoal da unidade orgânica que dirige, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos de despesas com aquisições de bilhetes ou títulos de transporte, ajudas de custo antecipadas ou não;

b) Assinar a correspondência corrente necessária à instrução e à tramitação de todos os processos que correm pela respectiva unidade orgânica;

c) Autenticar documentos relativos a processos da respectiva área funcional.

O presente despacho produz efeitos a 6 de Março de 2008, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados que se incluam no seu âmbito.

20 de Maio de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Margarida Ferreira Mateus Pratas Jorge*.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Despacho n.º 17714/2008

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção dos titulares do cargo de direcção intermédia do 2.º grau de dois lugares de director-adjunto do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas, cujas competências se encontram definidas no artigo 5.º e no quadro anexo dos Estatutos do ICNB, IP, aprovados pela Portaria n.º 530/2007, de 30 de Abril, que aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos:

O licenciado João Carlos Gomes Belo Farinha;
A licenciada Maria José Pitta Groz da Costa.

Os nomeados têm o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas, sendo dotados da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, em virtude de serem detentores de uma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no âmbito temático do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas, de deter significativa experiência de trabalho em equipas pluridisciplinares e de coordenação de equipas, nomeadamente, nas áreas geográfica e temática do lugar a prover, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

14 Março de 2008. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

Curriculum vitae

João Carlos Gomes Belo Farinha, de 46 anos, natural de Lisboa, ingressou no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), actual Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Instituto Público (ICNB, I.P.), em Junho de 1986.

É licenciado em Recursos Faunísticos e Ambiente (Biologia), da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, tendo ainda terminado o curso de especialização do Mestrado em Gestão de Recursos Biológicos, da Universidade de Évora.

Desde o período em que ingressou no Instituto até finais de 1997 desempenhou, como técnico, funções na Divisão de Investigação e Estudos Ecológicos (DIEE) e na Divisão de *Habitats* e Ecossistemas (DHE) da Direcção de Serviços da Conservação da Natureza (DSCN), integrando as equipas técnicas de ornitologia e de zonas húmidas onde veio a desenvolver e coordenar vários projectos nacionais e internacionais.

Entre Fevereiro de 1998 e Maio de 2007 desempenhou o cargo de chefe da Divisão de Informação e Divulgação (DID), onde desenvolveu como principais actividades:

A implementação da sinalização da Rede Nacional de Áreas Protegidas;

A gestão do Centro de Documentação Técnica (CDT) e da Loja da Natureza dos Serviços Centrais;

A coordenação, edição e imagem gráfica das publicações do Instituto, sendo igualmente autor da maquetagem, grafismo e ilustração de várias obras e responsável pela produção das diversas exposições no âmbito do ICNB, tanto de âmbito nacional como local.

Em 1998 coordenou o grupo de trabalho que foi responsável pela implementação e funcionamento do Pavilhão do ICN/UICN, durante a EXPO 98.

Entre os diversos trabalhos que desenvolveu ao longo dos últimos anos, no âmbito das zonas húmidas, destaca-se a monitorização de espécies de aves aquáticas, inventariação e caracterização de sítios, cartografia de *habitats* e implementação de planos de gestão.

A partir de 2001 até 2007, coordenou o Centro de Zonas Húmidas, integrado na DSCN, sendo responsável pela elaboração do Plano de Gestão da Lagoa Pequena na Lagoa de Albufeira.

Orientou diversos trabalhos de estágios para conclusão do grau de Licenciatura em Biologia, assim como foi monitor de acções de formação, nomeadamente sobre inventariação, monitorização e gestão de zonas húmidas.

Como ponto focal para a Convenção de Ramsar, participou como chefe de Delegação, na 7.ª, 8.ª e 9.ª Conferência das Partes Contratantes (COP), sendo responsável pela elaboração dos relatórios nacionais e pela elaboração das candidaturas de novos sítios a serem declarados como Zonas Húmidas de Importância Internacional.

Desde 1998, participou como ponto focal do Comité Mediterrânico para as Zonas Húmidas (MedWet/Com), sendo responsável pela elaboração dos relatórios nacionais e pela coordenação do grupo de trabalho para os temas relacionados com inventários de zonas húmidas na Região Mediterrânica, nomeadamente a promoção e a divulgação das metodologias MedWet.

A partir de Junho de 2007, exerceu, em regime de substituição, o cargo de director-adjunto do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas.

Curriculum vitae

1 — Dados biográficos:

Nome — Maria José Pitta Groz da Costa;
Filiação — Augusto Baptista da Costa e Isilda dos Santos Pitta Groz;
Nascimento — 11 de Novembro de 1970;
Naturalidade — Luanda, Angola;
Nacionalidade — portuguesa;
bilhete de identidade n.º 8979760, de 28 de Janeiro de 2008. Arquivo de Lisboa;
Estado civil — solteira.

2 — Qualificações académicas:

1994 — Licenciatura em Biologia Marinha e Pescas na Universidade do Algarve com a classificação final de 14 valores;

2006 — frequência do 2.º ano do curso de Terapia Gestalt na Sociedade Luso-Espanhola de Terapia Gestalt e no Instituto de Psicoterapia Gestalt de Madrid.